

PINGA-FOGO

■ **GOVERNADOR QUER REMUNERAÇÃO DIGNA PARA CARGOS COMISSIONADOS NO RIO** - O governador do Rio, Cláudio Castro, está decidido a fazer um ato de justiça com os seus secretários, subsecretários, presidentes e vice-presidentes dos órgãos públicos que recebem subsídio. A remuneração destes cargos está congelada há mais de 5 anos. Alguns cargos comissionados recebem hoje metade do valor que recebiam no governo Witzel. A situação é grave e muitos nomes técnicos estão migrando para a iniciativa privada.

■ A tentativa de corrigir a remuneração do primeiro escalão ocorreu ainda na gestão de André Ceciliano, como presidente da Alerj, mas a mensagem foi arquivada e os valores estão congelados até hoje. A reposição das perdas inflacionárias é emergencial.

■ **O Governador está preocupado em manter a sua equipe técnica e estabeleceu a retomada de uma remuneração digna como prioridade.**

■ **SERÁ QUE ANDRÉ PORTUGUÊS PIROU?** - No seu discurso de posse como novo presidente da Miguel Pereira Tur, o ex-prefeito da cidade despirocou. Ligou a metralhadora giratória em direção ao Secretário Estadual de Turismo, Gustavo Tutuca, e contra o prefeito Eduardo Paes.

■ **André Português, que sonhava em ser secretário de Turismo do estado, ou ter uma posição no primeiro escalão do estado, deve ter jogado a toalha.**

■ O pior é o efeito bumerangue dos ataques. O ex-alcaide tem muito telhado de vidro. É só mapear a sua última viagem a Portugal para saber como ele foi e com quem ele andou em Lisboa, ora pois, pois...

■ **CHICO, O APAZIGUADOR** - Uma turma de deputados estaduais guardiões do bom senso estão empenhados em promover a volta do diálogo entre o Presidente da Alerj, o deputado Rodrigo Bacellar, e o Governador Cláudio Castro. O mais empenhado é o deputado Chico Machado, sempre com o tom conciliador. Nem parece que é de Macaé!

■ **NINGUÉM É INOCENTE?** - O julgamento de Jair Bolsonaro virou uma demonstração de quanto a politização do judiciário deixou de cabeça para baixo a defesa da Constituição e da presunção de inocência no Brasil. Os julgadores, oriundos do jogo político, esquecem da máxima que todos são inocentes até que provem o contrário. Nada foi provado contra os réus principais. Provada apenas a vontade de condenar.

■ **MINISTRO MILIONÁRIO** - Dizem que só um ministro tem US\$ 30 milhões em uma offshore no exterior. Não explicam se é ministro de Lula, do judiciário ou do TCU.

■ **BRITISH AIRWAYS DECOLA E 'ESQUECE' TODAS AS BAGAGENS NO GALEÃO** - Cuidado com quem for voar de Londres para o Rio ou no sentido inverso. No último sábado, 06 de setembro, todos os passageiros da British Airways, do voo BA248, tiveram a desagradável notícia, ao chegarem na esteira de bagagem em Heathrow: nenhuma das malas dos passageiros do Rio chegaram.

■ **Um funcionário da aérea informou que as malas não tinham sido embarcadas no Rio e tentaram culpar o Galeão.**

■ A decisão de transformar os passageiros cariocas em “sem malas” foi da própria British Airways. Como o avião vem de Buenos Aires e segue para Londres, sendo o Rio uma escala, a aeronave deveria estar com problemas de balanceamento, priorizando alguma carga argentina em direção a Inglaterra, ou seja, passou aqui com os seus porões caheios. O pior é querer culpar o nosso aeroporto ou ainda não avisar aos passageiros que viajariam sem as malas.

■ No ano passado, um grupo de comissários da mesma empresa virou a noite na esbórnia no Rio, tiveram de cancelar o voo e tentaram sujar o nome da cidade, alegando terem sido assaltados.



Fotos Cláudio Magnavita



O anfitrião Pedro Grossi (d) com o homenageado, jornalista Paulo Cesar Oliveira (e), e Gilberto Urrahy



O jantar reuniu amigos na casa do casal na Gávea, Zona Sul do Rio



O casal Maria Inês Narciso e Paulo Cesar Oliveira durante o jantar



Durante o jantar, a anfitriã Lucinha com Cláudio Pereira



O homenageado Paulo Cesar Oliveira, ladeado por Zé Ronaldo (e) e Pedro Grossi (d)



O casal Clara Maria e Moreira Franco, ex-governador e ex-ministro



Na ocasião, muita conversa sobre bastidores da política



LIDE

A comitiva de empresários e autoridades que participaram do LIDE Brazil Development Forum foi recebida nesta terça-feira, 9 de setembro, no Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, em Washington, pelo seu presidente Ilan Goldfajn. O BID foi criado em 1959, por Juscelino Kubitschek. Ilan é o primeiro presidente brasileiro na história do BID, onde está realizando um excepcional trabalho à frente deste importante órgão multilateral.



Reprodução/Instagram @viniciuslummertz

Com articulação do empresário Vinicius Lummertz, Senior Fellow do Milken Institute (MI) e conselheiro do LIDE, autoridades e empresários do Brasil e dos Estados Unidos participaram de evento conjunto do MI e do LIDE na manhã desta terça-feira, 9 de setembro, em Washington DC, nos EUA. Na foto, o anfitrião Vinicius Lummertz com Michael Jensen, Conselheiro de Segurança Nacional do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, na sede do Milken Institute

Fernando Molica

Os réus é que quebraram a paz

Os que defendem a anistia como forma de pacificação do país omitem que a paz foi quebrada pelos que exerciam o poder e, agora, tentam escapar de punições. Anistia não pode ser um prêmio aos que, munidos de faca, pão e queijo, tentaram monopolizar e eternizar a feitura de sanduíches.

Ainda que movida principalmente pelo interesse dos militares de impedir que viessem a ser julgados e punidos pelos crimes cometidos na ditadura, a anistia de 1979 teve o papel de reintegrar à vida política e institucional brasileiros que, por diferentes meios, atuaram na luta contra o autoritarismo.

Representavam os que, em 1964, haviam sido alijados do poder por golpistas que, pela força, interromperam o processo democrático. Os articuladores e executores do golpe é que declararam

a guerra, interromperam a vida institucional, derrubaram um presidente legítimo, cassaram mandatos, prenderam, torturaram e mataram.

O golpe de 1964 não foi dado pela parcela da esquerda que exercia o poder, não houve ali o que anos depois seria conhecido como autogolpe. No caso — e especificamente em relação aos integrantes desse grupo — é possível falar em pacificação em 1979, já que a medida recolocava na vida institucional pessoas que dela haviam sido expurgadas.

O interesse militar de livrar a cara de torturadores foi decisivo para que a anistia fosse concedida em 1979, no primeiro ano daquele que seria o último general-presidente, João Baptista Figueiredo. Era preciso aprovar a medida enquanto militares, graças a uma legis-

lação excepcional, ainda controlavam o processo político, podiam ditar boa parte das regras do jogo.

Deixá-la para depois representaria um risco para os próprios fardados, que tentavam administrar uma abertura lenta, segura e gradual. Mesmo com seu caráter recíproco, que perdoou quem cometera o pecado original — o golpe em si —, a anistia foi um momento de descompressão, esvaziou as cadeias, devolveu direitos políticos.

Foi um momento em que poder ilegítimo anistiou aqueles que, primeiro, foram vítimas da ilegalidade. A quebra da constitucionalidade e a instalação de uma ditadura representaram o marco inaugural de um processo que, anos depois, geraria formas diferentes de resistência e de combate, como a tentativa de implantação de

guerrilhas inviáveis. Atos que levaram a assaltos a bancos, sequestros de aviões e de diplomatas (estes, voltados principalmente para a libertação de presos vítimas de tortura).

A anistia de 1979 tinha, portanto, um aspecto reparador, o poder de fato admitia que era preciso acabar com a punição daquelas pessoas, já castigadas pela interrupção do processo democrático, muitas delas, vítimas da tortura. Já a anistia que agora se busca é uma tentativa de perdoar os que, no exercício do poder, tentaram explodir o Estado Democrático de Direito.

Ou seja, há uma tentativa de anistiar os que quiseram implantar um regime que, como qualquer outra ditadura, perseguiria seus adversários, inclusive, muitos dos que hoje pregam a concessão do benefício (ditaduras

adoram punir alguns de seus aliados de primeira hora, a disputa de poder é implacável).

A história mostra que golpistas não perdoam sequer aqueles que os anistiam. A campanha contra o Brasil — e não contra o atual governo — conduzida nos Estados Unidos mostra que eles não têm limites, nem buscam interesses nacionais, são movidos apenas por seus próprios motivos particulares.

A punição aos que tentaram provocar o caos, incitaram militares e civis, que depredaram palácios e instituições é fundamental para garantir a paz. Eles sabiam o que estavam fazendo, o que queriam. Como qualquer outro criminoso, precisam pagar pelo que fizeram. Caso contrário, vão atacar mais uma vez, e não se sabe se o país resistirá a uma nova investida.